

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.253 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2001



Parlamentares da oposição questionam venda das grandes hidrelétricas (como Furnas, foto), defendida por senadores da base governista

## Senadores debatem venda de hidrelétricas à iniciativa privada

A determinação do governo de privatizar as grandes geradoras hidrelétricas, como Furnas e Eletronorte, provocou debate no plenário na última sexta-feira.

PÁGINA 7

## Jucá pede informações a respeito do ex-secretário Eduardo Jorge

PÁGINA 5

## Edison Lobão e Lúcio Alcântara pregam igualdade entre os sexos

PÁGINA 6

## Tião Viana elogia modelo de combate à Aids adotado no país

PÁGINA 8

## Agenda da Semana

### Ministros depõem sobre conflitos com o Canadá

O Plenário do Senado ouvirá nesta semana os ministros das Relações Exteriores, Celso Lafer, e da Agricultura, Pratini de Moraes, sobre os problemas entre o Brasil e o Canadá, que culminaram com o boicote à importação de carne brasileira, ao qual também aderiram o México e os Estados Unidos. O embargo terminou no último dia 23, provocando ao país prejuízos avaliados em aproximadamente R\$ 7 bilhões pela Sociedade Rural Brasileira. Lafer falará aos senadores amanhã, a partir das 14h30. No mesmo horário, na quar-

ta-feira, será ouvido Pratini de Moraes. A convocação dos dois ministros foi solicitada, respectivamente, pelos senadores Paulo Hartung e Osmar Dias.

Em dezembro, o Senado criou, por proposta do senador Roberto Freire, uma comissão para acompanhar as questões comerciais envolvendo o Brasil e o Canadá. Os desentendimentos entre as duas nações tiveram início com a acusação do governo canadense de que a indústria brasileira de aviões Embraer recebeu subsídios vedados pela legislação internacional.

PÁGINA 3

### Plenário vota plebiscito para criação do estado do Araguaia



Mozarildo também defende o desmembramento do Amazonas e do Pará

O Senado deve votar na quinta-feira o projeto do senador Mozarildo Cavalcanti que prevê a realização de plebiscito sobre a criação do estado ou território do Araguaia. A nova unidade federativa resultaria do desmembramento de Mato Grosso.

Segundo Mozarildo, com uma área de 906.806 km<sup>2</sup>, o estado tem um território quase quatro vezes maior que o do estado de São Paulo. "Por sua dimensão, não consegue se beneficiar de ações governamentais para induzir um desenvolvimento harmônico", argumenta o parlamentar. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

PÁGINA 3

### Unicamp avalia sistema de votação

Estão em análise, em laboratório da Unicamp, os programas usados no sistema eletrônico de votação do Senado.

PÁGINA 5



### Representantes do Flamengo serão ouvidos

PÁGINA 4

### Comissões começam a ser definidas

Os líderes partidários começam a definir nesta semana a distribuição do comando das comissões do Senado.

PÁGINA 4



Parga foi um dos autores do requerimento de voto de pesar pela morte de Luiz Rocha

## Plenário aprova pesar pela morte de Luiz Rocha

O Plenário aprovou na sexta-feira requerimento dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Bello Parga (PFL-MA) de voto de pesar e apresentação de condolências à família pela morte do ex-governador e ex-deputado do Maranhão Luiz Rocha. Lobão destacou o grande espírito público do político. "O falecimento de Luiz Rocha deixa vácuo na política do Maranhão, por sua experiência e talento", ressaltou. Parga disse que Rocha foi o primeiro governador eleito de seu estado pelo voto direto, em 1982, após a reformulação da legislação do período do regime militar. Na presidência da sessão, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) associou-se às homenagens a Luiz Rocha, com quem conviveu quando era deputado federal. "Ele foi sempre atuante em defesa dos interesses do Maranhão", disse.

# Projeto de Marina permite terceirizados nas Cipas

Proposta foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais e enviada à Câmara dos Deputados

Os empregados que prestam serviços terceirizados também poderão participar das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) das empresas nas quais atuam. É o que estabelece projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC), enviado na semana passada à Câmara dos Deputados.

Aprovado no final do ano passado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto não recebeu recurso para votação em plenário, e por isso seguiu direto para a análise dos deputados. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou parecer favorável.

Marina explicou que sua proposta tem como finalidade atuali-



Marina diz que o objetivo do projeto é atualizar a legislação sobre prevenção de acidentes

zar a legislação relacionada ao assunto, que não contempla a atual elevação na participação de trabalhadores terceirizados nas empresas. Com isso, os emprega-

dos que não fazem parte efetivamente da empresa para a qual prestam serviço acabam ficando de fora das discussões que tratam da prevenção de acidentes.

## Hartung propõe aumentar prazos de inelegibilidade de condenados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve apreciar em breve projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que aumenta de três para oito anos a inelegibilidade dos condenados pela prática de crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro e a Previdência Social, e pelos crimes de tráfico de entorpecentes, eleitorais, fiscais ou tributários.

"Precisamos inaugurar uma nova fase na política nacional: a fase da ética, da prevalência do interesse público e da eliminação da impunidade dos poderosos", diz o parlamentar em defesa do projeto. Ele se preocupa sobretudo com os que entram para a vida pública com a intenção de proteger-se da ação da Justiça.

Referindo-se ao potencial ofensivo desses crimes, Paulo Hartung

argumentou que o aumento em cinco anos da suspensão dos direitos políticos servirá para garantir exigências constitucionais como proibição administrativa, moralidade para o exercício do mandato e correção da vida pregressa do candidato.

Nesse projeto, o senador acrescenta aos casos de inelegibilidade já previstos em lei os crimes contra a



Para Paulo Hartung, é preciso "inaugurar uma nova fase na política nacional"

Previdência Social e os concernentes à responsabilidade na gestão fiscal. Ao incluir a expressão "crimes fiscais ou tributários", ele objetiva contemplar todos os delitos que impliquem subtração do poder público de recursos necessários ao financiamento de serviços sociais básicos e ao investimento para assegurar o desenvolvimento econômico e social.

## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2001

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Comparecimento, em Plenário, do Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, em cumprimento ao Requerimento nº 6/2001, de autoria do senador Paulo Hartung, para prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, medida seguida pelo México e Estados Unidos da América, bem como sobre o impasse entre Brasil e Canadá, envolvendo subsídios do governo canadense ao setor de aviação.

Quarta-feira

10h - Sessão solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Plenário do Senado

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Comparecimento, em Plenário, do Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, em cumprimento ao Requerimento nº 7/2001, de autoria do senador Osmar Dias, a fim de prestar informações sobre o embargo comercial adotado pelo Canadá, Estados Unidos da América e México contra o rebanho bovino nacional.

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: A Hora do Expediente será destinada a comemorar o centenário de nascimento do ex-senador Argemiro de Figueirêdo, nos termos de requerimento de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima. PR nº 25/98, institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; PLS nº 113/2000-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada; PDL nº 18/1999, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 115/1996, aprova a renovação da concessão à Sociedade Rádio Clube de Rondonópolis para serviço de radiodifusão em onda média em Rondonópolis (MS); PDL nº 1/2000, aprova a renovação da permissão à Sociedade Patense de Radiodifusão para serviço de radiodifusão em frequência modulada em Patos de Minas (MG); PDL nº 27/2000, aprova a renovação da concessão da Sociedade Rádio Emissora Metropolitana para explorar serviço de radiodifusão em onda média na cidade do Rio de Janeiro; PDL nº 92, aprova permissão à Rádio FM Costa Branco para explorar serviço de radiodifusão sonora em Aracaju (RN); PDL nº 111/2000, aprova concessão à Rádio Princesa das Matas para explorar serviço de radiodifusão sonora em Viçosa (AL); PDL nº 158/2000, aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Ipoirã a executar serviço de radiodifusão comunitária em Ipoirã (PR); PDL nº 175/2000, aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Loteamento Jardim Santa-Ana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maceió (AL); PDL nº 202/2000, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana para explorar serviço de radiodifusão em onda média na cidade de Brasília (DF); e Requerimento nº 18/2001, solicita a tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 664 e 688, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

### COMISSÃO

Terça-feira

Após a Ordem do Dia - CPI do Futebol

Pauta: Depoimento do ex-presidente do Vasco da Gama Antônio Soares Calçada. Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Lafer e Pratini falam sobre disputa com Canadá

Ministros das Relações Exteriores e da Agricultura são convidados para discutir com senadores, no plenário, as conseqüências do embargo comercial imposto à carne brasileira, suspenso no dia 23 de fevereiro

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, será ouvido pelos senadores em plenário amanhã, às 14h30. Na quarta-feira, será a vez do ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes. Os ministros vão prestar esclarecimentos sobre a política brasileira diante do embargo comercial imposto pelo Canadá, Estados Unidos e México à carne bovina brasileira. O embargo terminou no dia 23 de fevereiro, depois de 21 dias de suspensão de negócios com o Brasil, e, segundo a Sociedade Rural Brasileira, deixou prejuízos que alcançaram cerca de R\$ 7 bilhões.

Lafer virá ao Senado a requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES) e Pratini de Moraes estará presente graças a requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR). Por conta das convocações dos ministros, as votações do Senado marcadas para esta semana serão feitas na sessão plenária de quinta-feira. Nessa sessão, que comemorará o centenário de nascimento do ex-senador Argeniro de Figueiredo, a requerimento do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), poderão ser votados 12 itens. Entre eles, projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que determina realização de ple-



Celso Lafer foi convidado a comparecer ao Senado por iniciativa do senador Paulo Hartung



Pratini de Moraes participa do debate graças a requerimento do senador Osmar Dias

biscito para criação do estado ou território do Araguaia.

O Senado examinará ainda projeto de autoria da senadora Emília Fernandes (sem partido-RS) instituindo o diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Outra matéria a ser examinada é o projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que torna inelegíveis os candidatos com prestações de contas de gastos de campanha rejeitadas pela Justiça. A inelegibilidade, de acordo com a proposta, vale tanto para a eleição na qual o candidato tenha sido diplomado quanto para as que se realizarem nos três anos seguintes. Na justificativa de seu projeto, Moreira Mendes diz que não há notícia de punição de candidatos,

eleitos ou não, por irregularidades observadas em contas referentes a campanhas eleitorais.

Estão ainda na pauta da próxima quinta-feira do Senado oito atos que renovam, outorgam ou autorizam permissões ou concessões das seguintes emissoras de rádio: Sociedade Rádio Clube de Rondonópolis (MT), Sociedade Patense de Radiodifusão (MG), Sociedade Rádio Metropolitana (RJ), Rádio FM Costa Branca (RN), Rádio Princesa das Matas (AL), Rádio Comunitária da Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Iporã (PR), Rádio Comunitária da Associação de Moradores do Loteamento Jardim Santa-Ana (AL) e Rádio Universitária Metropolitana (DF).

com o embargo do Canadá à carne brasileira, recentemente suspenso.

Quando defendeu a rápida instalação da nova comissão, Freire alertou para a possibilidade de o Brasil sofrer retaliações comerciais em virtude de, entre outros motivos, os organismos internacionais que administram contenciosos terem, na avaliação do senador, “uma lógica insidiosa sempre em detrimento dos países emergentes, que ousam desafiar os tradicionais donos dos mercados”.

Freire sustentou, ainda, que cabe ao Poder Legislativo, em especial ao Senado, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, a responsabilidade pelo desenvolvimento da política externa. Por esse motivo, acrescentou, seria fundamental que a Casa acompanhasse os desdobramentos e a aplicação de sanções pela OMC, “na forma pouco clara dos mecanismos compensatórios e de retaliações unilaterais, como na recente condenação do Brasil no caso referente à indústria aeronáutica”, frisou.



Roberto Freire propôs a comissão encarregada de acompanhar os contenciosos entre Brasil e Canadá

ram sanções impostas ao Brasil pela Organização Mundial do Comércio (OMC) no ano passado, por solicitação do Canadá. A OMC entendeu que a Embraer, empresa privada brasileira que produz aviões, foi beneficiada indevidamente pelo governo federal, através de incentivos fiscais. Esses incentivos, na avaliação da OMC, teriam causado prejuízos à Bombardier, concorrente canadense da Embraer no mercado internacional de aviões.

A disputa entre as duas empresas também vem sendo relacionada

## Senadores examinam plebiscito sobre nova divisão de Mato Grosso

O Senado Federal deverá examinar na próxima quinta-feira projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que determina a realização de plebiscito sobre a criação do estado ou território do Araguaia. De acordo com o projeto, os habitantes de 52 municípios de Mato Grosso escolherão nas próximas eleições se o Brasil ganhará uma nova unidade da Federação — estado ou território. A matéria já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com base em parecer da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Mozarildo já havia apresentado propostas autorizando plebiscitos para a criação de mais duas unidades da Federação — a do Tapajós, no Pará, e a do Solimões, no Amazonas. O projeto sobre Tapajós foi modificado pelo relator da matéria na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP), para estabelecer que o plebiscito será sobre a criação de um território, e não de um estado. Já a proposição relativa ao Solimões recebeu do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), um substitutivo, aprovado na comissão, criando três territórios no local, em vez de um estado. Essas duas matérias aguardam exame da Câmara dos Deputados.

Justificando a necessidade de criação do estado ou território do Araguaia, Mozarildo argumentou que Mato Grosso tem 906.806 quilômetros quadrados, cerca de

quatro vezes a área do estado de São Paulo. Segundo o senador, Mato Grosso tem quase o mesmo tamanho que São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santos juntos. “Por sua dimensão, não consegue se beneficiar de ações governamentais para induzir um desenvolvimento harmônico do estado”, disse o senador.

Segundo Mozarildo, a região norte de Mato Grosso, onde poderá ser criada a nova unidade da Federação, é a que mais se ressentiu da ausência do Estado. O senador acredita que a criação de um novo estado no local permitirá a construção de uma estrutura de serviços públicos e de instituições que permita aos habitantes da região terem mais desenvolvimento e bem-estar social.



Mozarildo argumenta que extensão de Mato Grosso inviabiliza ação governamental

## Os municípios que podem fazer parte do estado do Araguaia

O novo estado ou território do Araguaia poderá ser composto dos seguintes municípios: Aripuanã, Cotriguaçu, Nova Bandeirante, Juruena, Castanheira, Juína, Apicás, Nova Monte Verde, Juará, Catuaí, Brasnorte, Paranaitá, Alta Floresta, Novo Mundo, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Tabaporá, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Nova Maringá, Tapurah, Guarantã do Norte, Ma-

tupá, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte, Itaúba, Sorriso, Sinop, Vera, Santa Carmen, Feliz Natal, Nova Ubiratã, União do Sul, Cláudia, Marcelândia, Colider, Paranatinga, Gaúcha do Norte, Canarana, Querência, Ribeirão Cascaheira, Cocalinho, Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia, Cana Brava do Norte, Luciara, Porto Alegre do Norte, Confresa, Vila Rica, Santa Terezinha e São José do Xingu.

## Senado acompanha problemas entre os dois países

Comissão temporária que tem como objetivo acompanhar as questões comerciais envolvendo o Brasil e o Canadá foi criada em dezembro do ano passado pelo Senado, a pedido do senador Roberto Freire (PPS-PE). O novo organismo foi instituído bem antes da recente crise que teve como ponto central embargo do Canadá à carne produzida no Brasil sob a alegação de que o gado estaria sujeito à contaminação pelo chamado mal da vaca louca.

A comissão, que vai funcionar durante um ano, é formada por cinco integrantes e igual número de suplentes, sendo dois do PMDB e um de cada um dos seguintes partidos: PFL, PSDB e Bloco Oposição. O PMDB indicou os senadores Mauro Miranda (GO) e Amir Lando (RO) como titulares e Iris Rezende (GO) e Tasso Rosado (RN), como suplentes. Os outros partidos ainda não nomearam seus representantes.

O motivo que levou o senador a defender a criação da comissão fo-

# Líderes discutem amanhã a composição das comissões

Após negociações, devem ser escolhidos novos presidentes, que terão mandatos de dois anos simultâneos ao da nova Mesa

Os líderes partidários devem reunir-se amanhã para discutir a distribuição entre as bancadas do comando das comissões permanentes do Senado. Uma vez concluídos os entendimentos, as lideranças farão as indicações dos parlamentares que integrarão cada comissão. Somente após essas negociações as comissões se reunirão para escolher seus respectivos presidentes, que terão mandatos de dois anos simultâneos ao da nova Mesa.

Os presidentes das comissões devem assumir suas funções mais de um mês após a escolha dos novos integrantes da Mesa, ocorrida em 14 de fevereiro. Isso porque, de acordo com o Regimento, as comissões têm prazo de cinco dias úteis após a formalização das indicações de seus integrantes para instalar seus trabalhos.

Os futuros presidentes das comissões herdarão uma extensa lista de propostas prontas para entrar em pauta: são 360 projetos de lei apresentados por senadores, 42 projetos enviados pela Câmara, 19 projetos de decreto legislativo e 64 propostas de emenda à Constituição.

Comissões permanentes do Senado	
	Número de membros
Comissão de Assuntos Econômicos	27
Comissão de Assuntos Sociais	29
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	23
Comissão de Educação	27
Comissão de Fiscalização e Controle	17
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	19
Comissão de Serviços de Infra-Estutura	23

Entre outras propostas que aguardam decisão das comissões, estão as que prevêm o fim da reeleição e o estabelecimento da renda mínima como direito social.

Os presidentes das comissões têm um papel decisivo na tramitação dos projetos que passam pelo Senado. Cabe a eles, segundo o Regimento, ordenar e dirigir os trabalhos das comissões, dar-lhe conhecimento de todas as matérias recebidas e designar os relatores para cada uma dessas matérias. Além disso, eles devem resolver questões de ordem e agir como meio de comunicação entre a comissão e a Mesa.

Entre as competências das comissões, estão as de discutir e vo-

tar projetos de lei, convocar ministros de Estado para prestar informações a respeito de suas pastas, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e opinar sobre o mérito de proposições submetidas ao seu exame, emitindo parecer sobre elas.

Além da Comissão Diretora, à qual cabe exercer a administração interna do Senado, existem sete outras comissões permanentes no Senado: as de Assuntos Econômicos (CAE); Assuntos Sociais (CAS); Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Educação (CE); Fiscalização e Controle (CFC); Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE); e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

# CAE votará projeto que facilita compra de casa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar, nos próximos dias, projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) permitindo que a população de baixa renda se associe em grupos de quatro a 80 pessoas para conseguir financiamento para a aquisição da casa própria.

Os beneficiários não poderão ter renda familiar superior a 20 salários mínimos (R\$ 3.020,00) e deverão adquirir previamente o terreno destinado ao empreendimento. O número de associados deverá corresponder ao número de unidades habitacionais projetadas e deverá haver responsabilidade solidária, entre os integrantes do grupo, com relação às obrigações assumidas.

Ao pedir apoio para o projeto, Valadares referiu-se à elevada taxa de mobilidade entre os brasileiros atendidos pelos atuais programas habitacionais de interesse social. Ele observou que, mal recebe a moradia, ou a tem regularizada, o beneficiário mais pobre é frequentemente instado a vendê-la para pessoa de estrato de renda um pouco mais elevado.

O senador também constatou que a chamada "baixa classe média" não consegue inserir-se no mercado formal da incorporação imobiliária porque os incorporadores preferem vender os imóveis para os que, por disporem de ren-



Valadares é autor do projeto que beneficia famílias com renda de até 20 salários mínimos

da mais elevada, já são proprietários de uma moradia.

Na opinião de Valadares, serão inúmeras as vantagens para quem usar essa modalidade de produção habitacional por ele idealizada. Além da liberdade de escolha da localização e do padrão dos imóveis, os grupos de associados, segundo o senador, serão beneficiados com custos reduzidos em até 40%, já que haverá a gestão direta dos empreendimentos.

O projeto já tem parecer favorável do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e receberá decisão terminativa. Isso significa que, se for aprovado pela CAE, seguirá para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para o Plenário, apresentado por um décimo dos senadores.



# CPI do Futebol começa a ouvir representantes do Flamengo

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro reúne-se amanhã, após a Ordem do Dia, para ouvir o depoimento do ex-presidente do Vasco da Gama Antonio Soares Calçada. Na quinta-feira, terminada a relação de depoentes do Vasco, os senadores passam a ouvir representantes do Flamengo, de acordo com informação do relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Às 10h, haverá audiências com o presidente do Conselho Fiscal do Flamengo, Roberto Abranches, e com o ex-conselheiro do clube Paulo César Ferreira.

Ainda não há nova data para o depoimento do funcionário do departamento de futebol do Vasco da Gama Aremithas José de Lima, que estava marcado para a última quinta-feira mas não foi realizado porque o depoente alegou estar com problemas de saúde. De acordo



Althoff espera depoimento de funcionário do Vasco que recebeu depósitos superiores a R\$ 2 milhões

com Althoff, Aremithas foi convocado por ter recebido depósitos em sua conta pessoal no valor total de R\$ 2,03 milhões, feitos por parte do Vasco Licenciamentos.

No último dia 7, a comissão, presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), ouviu depoimento do ex-deputado estadual José Francisco Veloso, que presidiu, em 1994, a CPI da Assembléia Legislativa do Rio

de Janeiro criada para investigar a evasão de renda nos estádios de futebol do estado.

Veloso apontou a venda de ingressos falsos, o desvio de ingressos de autoridades para pessoas sem credenciais, a doação de carteiras de beneméritos e o furto de ingressos como os principais mecanismos de evasão de renda dos estádios do Rio de Janeiro, especialmente do Maracanã. De acordo com José Francisco Veloso, o roubo era generalizado na época da CPI estadual e as irregularidades eram cometidas por autoridades e funcionários da Suderj e da Federação de Futebol. Na opinião do ex-deputado, depois que Francisco de Carvalho assumiu a Suderj e a Secretaria Estadual de Esportes do Rio, a corrupção praticamente acabou no Maracanã, embora continue nos estádios do interior, por falta de fiscalização.

# Bornhausen aplaude escolha de Roberto Brant e José Jorge

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), manifestou na sexta-feira, após audiência com o presidente da República, seu contentamento com a escolha do deputado Roberto Brant (PFL-MG) e do senador José Jorge (PFL-PE) para ocuparem, respectivamente, os cargos de ministro da Previdência e de Minas e Energia. "Eu fico feliz porque a escolha recaiu sobre duas grandes expressões partidárias, parlamentares que têm relevância política e qualidade técnica para exercício das funções", afirmou.

Em relação ao segundo escalão, Bornhausen explicou que a manutenção ou não dos atuais ocupantes dos cargos obedecerá a uma política a ser definida pelo presidente da República, e não pelo PFL. O senador disse ainda que o presidente Fernando Henrique "é sensível" à proposta de



Jorge Bornhausen reivindica para o PFL uma das três lideranças do governo no Legislativo

que uma das três lideranças no Legislativo — no Senado, na Câmara ou Congresso — fique com o PFL. Segundo ele, isso facilitaria a tramitação legislativa e daria ao partido poder de decisão, em vez de apenas cumprir decisões.

## Dutra lembra que presidente defendeu CPI quando senador

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou a afirmação do presidente da República de que a oposição quer criar comissões parlamentares de inquérito (CPIs) "para solapar a democracia". O parlamentar citou manifestação ocorrida em 1988 no plenário do Senado pelo então senador Fernando Henrique Cardoso defendendo a CPI da Corrupção requerida pelo ex-senador Carlos Chiarelli.



Dutra: em 1988 o então senador Fernando Henrique defendia a CPI da Corrupção

O requerimento da CPI daquele ano tinha por objetivo "identificar responsabilidades no setor da administração pública em decorrência de qualquer tipo de corrupção". De acordo com Dutra, Fernando Henrique — então líder do PMDB — manifestara seu apoio à proposta dizendo que o objetivo exposto por Chiarelli era claro, auto-explicativo e não requeria nenhuma consideração adicional.

Conforme Dutra, o então senador afirmou, na ocasião, ser "indispensável que o poder de fiscalização do Congresso" fosse exercido em toda a sua plenitude. Fernando Henrique disse ainda que o governo, ao qual seu partido dava sustentação, queria a elucidação cabal dos fatos.

— Ao contrário do que diz hoje o presidente Fernando Henrique Car-

dos, CPI não é para solapar a democracia. É, como diria o senador Fernando Henrique Cardoso, "para garantir que o Congresso exerça seu indispensável poder de fiscalização em toda a sua plenitude".

A qualificação dada pelo presidente da República ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), chamando-o de "entulho da ditadura que tem de ser varrido", também foi criticada por Dutra.

— Só seis anos depois é que ele descobre que ACM é um entulho autoritário. Durante seis anos, conviveram de forma fraterna. Nesse tempo, (o presidente) usou esse entulho para livrá-lo de investigações.

O parlamentar criticou ainda a reunião de quinta-feira da Comissão de Fiscalização e Controle, na qual foi ouvida a gravação com a conversa do senador Antonio Carlos Magalhães com procuradores. Para Dutra, a reunião tentou "misturar duas coisas absolutamente diferentes: a suspeita de fraude no painel e a suspeita de corrupção no governo". Para o senador, a denúncia de fraude tem de ser apurada no Conselho de Ética. A investigação sobre corrupção no governo caberia a uma CPI.

## Programas do painel começam a ser analisados

As cópias dos programas dos sete computadores responsáveis pelo funcionamento do painel eletrônico de votação do Senado vão ser analisadas hoje num laboratório especial da Universidade de Campinas (Unicamp). A data de entrega do laudo ainda depende das análises do material reproduzido, informou o consultor Dirceu Teixeira Matos, presidente da comissão interna da Casa que apura as denúncias de possibilidade de fraude ou violação do sistema de votação.

Quatro peritos da Unicamp trabalharam durante quatro dias com a identificação do equipamento, realizando testes e fazendo cópias dos programas. Na sexta-feira, a comissão do Senado colheu depoimento de um técnico em informática que trabalhou nas duas empre-

sas responsáveis pelo sistema — a Kopp, que instalou o painel, e a Panavideo, incumbida de prestar a manutenção do sistema desde 15 de maio do ano passado. A comissão já ouviu, além desse, outros sete depoimentos, entre diretores e técnicos do Prodasen, de outros órgãos do Senado e das empresas que cuidam do painel. Segundo Dirceu, serão tomados mais depoimentos no decorrer desta semana.

Ainda conforme Dirceu Teixeira, apesar de todos os testemunhos apontarem para a improbabilidade de que tenha ocorrido violação do painel, ainda não é possível definir uma posição exata a respeito do tema. "Com o resultado da perícia poderemos elaborar, rapidamente, um relatório conclusivo sobre o assunto", afirmou o consultor.

## Jucá quer informações para retomar caso Eduardo Jorge

Os requerimentos, dirigidos à Procuradoria Geral da República, Banco Central e Receita Federal, foram apresentados sexta-feira pelo senador

No intuito de aprofundar as investigações sobre as denúncias contra o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Romero Jucá (PSDB-RR), apresentou sexta-feira à Mesa três requerimentos em que solicita informações sobre o caso à Procuradoria Geral da República e, por meio do Ministério da Fazenda, ao Banco Central e à Secretaria da Receita Federal. A Mesa do Senado determinou o envio dos requerimentos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que terá o prazo de duas sessões ordinárias para emitir parecer sobre os pedidos.

Segundo o senador, a CFC ainda não dispõe da fundamentação necessária para requerer a que-



Romero Jucá pretende retomar a investigação a partir do que já concluiu o Ministério Público

bra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de Eduardo Jorge e eventuais associados. As informações, justifica o senador, permitirão que as investigações sejam retomadas a partir do ponto em que chegaram no Ministério Público e nos órgãos da administração pública, evitando a repetição de diligências.

À Procuradoria, Jucá solicita o envio de cópia dos autos de inquéritos e procedimentos relativos a Eduardo Jorge, em curso no Mi-

nistério Público no Distrito Federal e em São Paulo. Ele também pergunta se, nas investigações feitas, foi possível verificar a veracidade da informação de que Eduardo Jorge teria se hospedado na casa do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, em Miami, Estados Unidos. Quanto às ligações telefônicas do ex-juiz ao ex-secretário, Jucá pergunta em qual delas houve efetivamente um contato, comparando-se o tempo real de conversação e o de tarifação.

## Imóvel na Flórida é tema de um dos requerimentos

No requerimento dirigido à Procuradoria Geral da República, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) também solicita informação sobre a suposta existência de propriedade do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira em Boca Raton, na Flórida, Estados Unidos. Solicita também a relação sobre todos os processos, inquéritos e procedimentos sobre o caso que tramitam ou tramitaram no

Ministério Público do Distrito Federal nos últimos cinco anos, com origem, autor, objeto, réu, objeto da apuração, data de início e situação atual.

Ao Banco Central, Jucá requer os resultados do rastreamento dos recursos orçamentários repassados pelo Tesouro para a construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, com a identificação de depósitos feitos nas contas de Eduardo Jorge e vá-

rias outras pessoas supostamente envolvidas nas denúncias.

Da Secretaria da Receita Federal, o presidente da CFC quer saber se, na auditoria realizada pelo órgão em relação a Eduardo Jorge e sua esposa, a pedido do Ministério Público de Goiás e do Distrito Federal, foram encontradas evidências de sonegação fiscal, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com rendimentos por eles declarados.

## Propósito das CPIs é desestabilizar, dizem líderes da base governista

Os líderes dos partidos que integram a base de sustentação do governo no Senado (PSDB, PMDB, PFL e PPB) divulgaram sexta-feira nota à imprensa informando que não apoiarão a criação de nenhuma das comissões parlamentares de inquérito que estão sendo propostas. Eles alegam que todas as CPIs possuem "caráter inconsistente e notório propósito desestabilizador".

Conforme a nota, a decisão dos partidos da base governista objetiva acabar com o "clima de intransigência e as tentativas de desestabilização da fase positiva

da economia pelo atalho nefasto da intriga política". Os líderes, no entanto, defendem a apuração de toda e qualquer irregularidade, se houver, por meio de outros instrumentos.

— Mas, para investigar denúncias de qualquer tipo, devem ser usados os instrumentos do sistema democrático, como, aliás, já vem acontecendo. CPI não pode servir de instrumento de vingança nem de manipulação política, nas mãos de quem age e até mesmo confessa agir ao arrepio da lei e da ética, divulgando material cujo sigilo é

transferido para o Congresso para atingir determinados fins — diz a nota dos líderes do PSDB, PMDB, PFL e PPB.

Os partidos da base de sustentação do governo, de acordo com a nota, passarão a priorizar a agenda estabelecida pelo governo para o biênio 2001/2002. "Que sejam, com urgência, restabelecidas as atividades legislativas normais, com vistas a dar continuidade às reformas e às mudanças necessárias para consolidar as conquistas do governo Fernando Henrique Cardoso em favor do povo", propõe o documento.



Lobão lembrou que, como governador, assegurou às mulheres metade das secretarias

## Homenagem à Mulher

# Lobão espera que o novo século consolide igualdade de direitos

Ao registrar, na sexta-feira, o transcurso do Dia Internacional da Mulher, comemorado na véspera, o senador Edison Lobão (PFL-MA) manifestou a esperança de que, no século 21, todos os tabus e as práticas que ainda massacram as mulheres sejam derrubados, “para que a mulher consolide a desejada igualdade de direitos entre os sexos”.

Edison Lobão salientou que atualmente, no Brasil e na maioria dos países ocidentais, é notória a ascensão da mulher nas atividades profissionais. No entanto, acrescentou ele, segundo dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em nenhum lugar do

mundo as mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens, embora representem 40% da força de trabalho mundial.

O senador salientou que as mulheres hoje ocupam lugar de destaque no cenário nacional, lembrando que elas já têm representantes no Supremo Tribunal Federal, em diversos tribunais superiores e em juizados de primeira instância. Além disso, acentuou Lobão, elas ampliam sua representação na vida política brasileira, a começar pelo seu estado, o Maranhão, que é governado por Roseana Sarney. “Ela confirma, na sua administração, o talento da mulher devotada à causa pública”, comentou o parlamentar.

Edison Lobão disse orgulhar-se de ter oferecido sua contribuição à luta das mulheres pela igualdade de direitos. Quando eleito governador do Maranhão, ressaltou, assegurou às mulheres metade das secretarias de estado, o que resultou, na sua avaliação, “numa experiência que obteve os melhores resultados”.

— Às mulheres do meu país e do mundo desejo ardentemente que novas conquistas se consolidem, avançando para o dia em que passem a pertencer a um negro passado todas as injustiças de que foram vítimas desde quando, ao lado do homem, criaram a Humanidade — concluiu Edison Lobão.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Debate* — Sen. Sebastião Rocha e o diretor da Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, falam sobre os medicamentos genéricos  
7h30 — *Entrevista* — Sen. Ramez Tebet fala sobre o Programa Pantanal  
8h — *Idéias* — Discurso e novos projetos apresentados pelos senadores  
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo — parte 2  
9h — *Especial* — Mário Covas  
9h30 — *Entrevista* — Sen. Roberto Requião fala sobre os descaminhos do Sivam  
10h — *Palestra* — Volnei Garrafa, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Bioética da UnB, fala sobre bioética e direito  
11h30 — *Especial* — Mulher  
12h — *Idéias* — Discurso e novos projetos apresentados pelos senadores  
12h30 — *Entrevista* — Sen. Ramez Tebet fala sobre o Programa Pantanal  
13h — *Especial* — Mário Covas  
13h30 — *Debate* — Sen. Sebastião Rocha e o diretor da Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, falam sobre os medicamentos genéricos  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — *Entrevista* — Sen. Roberto Requião fala sobre os descaminhos do Sivam  
19h — *Idéias* — Discurso e novos projetos apresentados

pelos senadores  
19h30 — *Debate* — Sen. Sebastião Rocha e o diretor da Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, falam sobre os medicamentos genéricos  
20h30 — *Entrevista* — Sen. Ramez Tebet fala sobre o Programa Pantanal  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Nordeste*  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste*  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste*  
Em seguida — Música e informação  
24h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Lúcio Alcântara: há motivos para festejar, mas resta muito por fazer

Ao celebrar a passagem do Dia Internacional da Mulher, transcorrido na quinta-feira, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que, se por um lado existem muitos motivos para festejar a data, por outro ainda resta muito a percorrer para que a emancipação feminina se complete. Ele também fez uma reflexão sobre o papel que as mulheres representam na sociedade moderna.

Dados do relatório do Fundo das Nações Unidas para a População, editado no ano passado, foram citados por Lúcio Alcântara. Ele destacou, por exemplo, que na Papua Nova Guiné 67% das mulheres já foram agredidas fisicamente por seus parceiros. Em Bangladesh, esse índice atingiu 47%, e na Índia, 40%. A violência contra a mulher, segundo o senador, foi registrada também em países desenvolvidos, como Canadá (29%), Estados Unidos (22%) e Suíça (21%).

Lúcio Alcântara citou também estimativas segundo as quais dois milhões de meninas entre cinco e 15 anos ingressam anualmente no mercado da prostituição em todo o mundo. Ele acrescentou que as doenças sexualmente transmissíveis afetam com mais frequência as mulheres do que os homens. Outro dado revelado pelo sena-



Lúcio Alcântara citou dados estatísticos sobre a situação da mulher no Brasil e no mundo

dor é que a cada minuto morre uma mulher por complicações na gravidez ou no parto.

— Essa é a face mais visível da discriminação. A face menos visível ou menos contundente, mas nem por isso menos grave, revela-se na desigualdade de oportunidades, na menor remuneração para trabalhos de natureza idêntica aos desempenhados por homens, na discriminação dos direitos humanos, na representação política distorcida, que privilegia o universo masculino — afirmou o senador.

Analisando a situação no Brasil, Alcântara disse que os progressos da condição feminina têm sido significativos, “embora ainda falte muito para uma situação de ple-

na igualdade”. Ele lembrou que, na população adulta, 18,7% das mulheres têm o segundo grau completo, contra 14% da população masculina. Apesar disso, prosseguiu, a mulher recebe, em média, apenas 60% da remuneração paga aos homens.

Na opinião do parlamentar, a emancipação da mulher teve impacto no perfil da família brasileira. Ele mencionou que atualmente, de cada quatro núcleos familiares, um é chefiado por mulher, enquanto duas décadas atrás as mulheres representavam 11% da população economicamente ativa. “Essas conquistas foram acontecendo de forma gradativa, mas sem retrocessos”, completou.

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado  
Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica — Sistema Digital:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 MHz  
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
• Antena: 3,6 m  
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s  
• FEC: 3/4  
Antena Parabólica — Sistema Analógico:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização: Horizontal  
• Frequência - 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz  
• Satélite: Brasilsat B2  
• Polarização: Vertical (RX)  
• Modo: Joint-Stereo  
• Taxa: 128 Kbps-BPSK  
• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

# Ademir critica venda de geradoras de energia elétrica

Senador vê incoerência do governo ao investir em um setor que deseja transferir à iniciativa privada. Para esclarecer o assunto, ele pede a convocação dos ministros do Desenvolvimento e de Minas e Energia

A disposição do governo federal de privatizar as geradoras de energia elétrica do país, como Furnas, Chesf e Eletronorte, foi criticada em plenário, na sexta-feira, pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). A polêmica em torno do tema levou o senador a apresentar requerimento para a convocação do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alcides Tápias, à frente do Conselho Nacional de Desestatização, e do ministro interino de Minas e Energia, Hélio Vitor Ramos Filho, para prestar esclarecimentos à Casa sobre a desestatização do setor elétrico da Amazônia e da hidrelétrica de Tucuruí.

“Gostaria de saber por que o presidente Fernando Henrique Cardoso teima em fazer isso a qualquer custo”, declarou. Na sua opinião, a instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar denúncias de irregularidades no governo federal poderia revelar também “o que há por trás” da privatização



Ademir Andrade estranha insistência do governo em privatizar geradoras

das centrais elétricas. Ademir se disse surpreso, inclusive, com a decisão do governo de transferir o processo de privatização do setor do Ministério de Minas e Energia para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para o senador paraense, o Executivo demonstra uma atitude incoerente ao tratar da questão. Ademir Andrade questiona, por exemplo, o fato de o poder públi-

co continuar investindo em um setor prestes a ser repassado à iniciativa privada. Ele citou a construção da segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí, que deve consumir US\$ 1 bilhão em recursos da Eletronorte. Segundo informou, já foram aplicados ao todo US\$ 6,5 bilhões nessa obra, cujo faturamento anual chega a US\$ 1 bilhão, mas a União quer vendê-la por apenas US\$ 1 bilhão.

“O governo está querendo vender a galinha dos ovos de ouro”, afirmou Andrade, observando que ninguém quer comprar o que dá prejuízo nem fazer o que pode conseguir de graça. O parlamentar também lançou suspeita sobre o desperdício dos recursos oriundos de privatizações. E admitiu ter chegado a essa conclusão diante do crescimento contínuo da dívida interna, que passou de R\$ 60 bilhões para R\$ 540 bilhões nos seis anos de governo FHC. “Para atrair investimentos externos, o governo chegou a pagar 49,5% de juros ao ano pelos títulos da dívida”, comentou.

## Eduardo saúda resultados do novo modelo de desestatização no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que a nova filosofia de desestatização, baseada no princípio de privatizar primeiro para depois investir com recursos da livre iniciativa, está dando certo no Tocantins, principalmente no seu projeto energético. Ele citou, como exemplo, a construção da Usina Luís Eduardo Magalhães, que se encontra em avançado estado de edificação, com apenas dois anos de obras, e que deverá entrar em operação no segundo semestre de 2002.

Eduardo destacou que a usina, construída com recursos da iniciativa privada, inverteu a filosofia “de primeiro investir recursos públicos para depois privatizar”. Ele elogiou o consórcio Investco, que realiza a obra, e informou que na semana passada esse mesmo consórcio apresentou os Relatórios de Impacto Ambiental (Rima) referentes à construção da segunda hidrelétrica no rio Tocantins, no município de Peixe.

— A preocupação sobre as ques-

tões ambientais em projeto de tal envergadura revela-se no fato de que, antes mesmo de licitadas as usinas, os Relatórios de Impacto Ambiental estão sendo avaliados e discutidos pelas empresas interessadas com as cidades e as populações que irão ser afetadas pelos projetos — explicou o senador.

Eduardo Siqueira Campos listou as várias usinas que serão construídas ao longo do rio To-



Eduardo Siqueira Campos elogia ação dos governos federal e estadual

cantins, com investimentos da iniciativa privada, destacando a de Lajeado, que permitirá, com algumas obras complementares, a navegação do rio num trecho de 200 quilômetros até quase a fronteira de Goiás.

Ele disse que, com o término das obras dessas usinas, será viabilizada a via fluvial da Serra da Mesa até Tucuruí. E acrescentou que, com a complementação das eclusas da barragem de Tucuruí, o sistema vai permitir a navegação fluvial até os portos de Barbacena ou do Conde, na foz do rio Amazonas.

Eduardo Siqueira Campos congratulou-se com o presidente Fernando Henrique Cardoso pelo “apoio e promoção das medidas necessárias à implantação do grandioso projeto”, e também com o governo do Tocantins, pela “decisão corajosa e competente de articular os recursos para viabilizar a empreitada”. Congratulou-se ainda com o Ministério de Minas e Energia, com a Agência Nacional de Energia Elétrica e com a Investco.

## Senadores debatem efeitos da privatização para o país

As críticas lançadas por Ademir Andrade contra a privatização do setor elétrico dividiram as opiniões dos senadores. Enquanto José Eduardo Dutra (PT-SE) e Jefferson Péres (PDT-AM) revelaram-se preocupados com a repercussão social e econômica da privatização, os senadores Bello Parga (PFL-MA) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sustentaram que a iniciativa está vinculada a uma mudança positiva na atuação do Estado brasileiro.

Segundo Dutra, o primeiro plano de governo de Fernando Henrique Cardoso não falava em vender as hidrelétricas, mas em atrair capital privado para a construção de novas usinas. “Uma privatização desse gênero não tem paralelo no mundo”, afirmou.

Jefferson Péres manifestou seu temor de que o processo seja aprovado sem maiores obstáculos no

Congresso, tendo em vista a “ameaça” feita pelo presidente da República à base parlamentar governista. “Fernando Henrique Cardoso disse textualmente que exige total fidelidade e que quem quiser ser independente deve sê-lo em casa”, comentou.

Antero Paes de Barros afirmou que o processo de privatização em curso está inserido na discussão do novo papel do Estado brasileiro. “Temos de decidir se queremos um Estado empresário ou controlador e indutor do desenvolvimento.”

Já o senador Bello Parga contestou que a dívida interna se tenha elevado nesses seis anos em decorrência de aumento do endividamento da União. “O que ocorreu foi a incorporação da dívida pré-existente de estados e municípios, que têm prazo de 30 anos para saldá-la”, explicou.



Jefferson: Coari recebeu R\$ 15,4 milhões em royalties e permanece entre os municípios de mais baixo IDH

## Jefferson pede auditoria do TCU em município do Amazonas

Está pronto para ser votado em plenário requerimento apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) pedindo que seja realizada auditoria especial do Tribunal de Contas da União para investigar a aplicação, pela prefeitura de Coari (AM), dos recursos relativos aos royalties pagos pela Petrobras como compensação pela exploração do subsolo daquele município.

De acordo com o senador, o município, somente no ano passado, recebeu R\$ 15,4 milhões a título de royalties da Petrobras. No entanto, justificou ele ao apresentar o requerimento, Coari permanece no grupo dos 20 municípios amazonenses de mais

baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), segundo dados do IBGE.

Jefferson Péres lembra que a lei determina que as prefeituras empreguem metade dos recursos provenientes dos direitos de exploração em obras de infraestrutura (energia, viação e saneamento), ficando a aplicação da outra metade a critério da administração pública.

“A auditoria do TCU requerida terá por objetivo verificar se o dinheiro dos royalties foi gasto em obediência aos princípios da legalidade, da eficiência e da probidade, aos quais está obrigada a administração pública”, afirma Jefferson Péres no requerimento.

## Viana elogia campanha brasileira contra a Aids

Para senador, política de combate à doença deve servir de modelo para outras áreas, inclusive a de saúde, onde a ação global seria insatisfatória

O senador Tião Viana (PT-AC) elogiou, na última sexta-feira, a campanha do Ministério da Saúde de combate à Aids, afirmando que o governo federal deveria usá-la como modelo para outras "políticas públicas arrojadas, socialmente avançadas e internacionalmente emancipadas em todas as áreas de intervenção do Estado, em especial no setor da saúde, onde não está conduzindo uma política pública global satisfatória".

Segundo Viana, a bem-sucedida campanha brasileira de distribuir gratuitamente os denominados coquetéis anti-Aids, uma combinação de 12 compostos químicos copiados das receitas dos laboratórios ricos, está na mira das indústrias nor-



Viana criticou a "perversa estrutura de poder da indústria farmacêutica"

te-americanas, que ingressaram com uma ação na Organização Mundial do Comércio (OMC) questionando a legalidade da prática brasileira sob a alegação de que ela fere a Lei das Patentes.

Além de contar com o apoio direto de 600 organizações não-governamentais que prestam serviço aos soropositivos, o Brasil obteve recentemente ajuda da União Européia, que apoiou oficialmente a política de fabricação de similares de medicamentos de controle do HIV, da tuberculose e da malária pelos países mais pobres, afirmou o senador.

Por trás da discussão esconde-se "a perversa estrutura de poder que caracteriza a indústria farmacêutica no mundo", pensa Tião Viana.

— Para se prevenir contra o desrespeito aberto à Lei das Patentes, multinacionais como a Pfizer e a Glaxo-SmithKline estão firmando convênios para baixar preços em países pobres, mas negociando secretamente, sem divulgar os valores acertados, numa sórdida tática de extrair o maior benefício — disse, citando reportagem da revista *Veja*.

Viana afirmou que a União Européia comprometeu-se a iniciar um debate no âmbito da OMC para compatibilizar os acordos sobre a proteção de patentes com o objetivo de proteção sanitária nos países pobres e em desenvolvimento. A alegação do Brasil é que somente copiando patentes e comprando matérias-primas de países como a China e a Índia o governo pode bancar os custos da distribuição de medicamentos tão caros para uma população expressiva de infectados: 100 mil no ano 2000.

## Camata quer liberar contas individuais do PIS-Pasep

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou projeto liberando os saldos das contas individuais do PIS-Pasep. A partir da promulgação da Constituição em 1988, os saldos dos dois programas foram transferidos para o financiamento do seguro-desemprego, impossibilitando o saque pelo titular da conta. "Não há mais individualização de contas, mas há um número significativo de contas individualizadas remanescentes, tornadas inacessíveis para os titulares", explica o senador. Camata quer promover uma paulatina liberação desses créditos, especialmente quando se tratar de trabalhador de baixa renda ou desempregado. O projeto aguarda deliberação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— Em algum momento do passado, esse trabalhador já contribuiu para o desenvolvimento do país com seu trabalho. Não é justo que ele tenha que esperar pela generalização dos benefícios do desenvolvimento econômico e social como única retribuição por um direito que é seu, um valor que se encontra registrado em seu nome. Enfim, um cida-



Gerson Camata considera injusto proibir o acesso dos trabalhadores a "um direito que é seu"

dão em necessidade, diante de um extrato bancário, no qual estão registradas importâncias que ele sempre computou como suas e que, infelizmente, não podem ser utilizadas para atender às suas necessidades básicas — afirmou.

Camata acredita que essa liberação pode ser economicamente recomendável, pois em muitos casos o custo de manutenção e administração dessas contas pode ser até superior ao dos valores existentes em depósito ou creditados a título de juros e atualização monetária. As demais hipóteses de movimentação dos saldos, previstas nas normas que regem o tema, ficam mantidas no projeto.

## Jonas diz que PFL continuará no governo por causa das reformas

Em nota à imprensa, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) explicou que o Partido da Frente Liberal continuará a apoiar o governo porque a gestão de Fernando Henrique realizou, com êxito, uma "grande reforma do Estado e da economia do país". Isso, disse o senador, resultou no controle da inflação e no início de um processo de crescimento sustentável. Daí, completou, a decisão tomada pelo PFL na quinta-fei-

ra de continuar dando sustentação política ao governo.

O senador lembrou que as reformas decorreram de uma vasta mudança legislativa, aprovada graças ao voto decisivo da bancada do PFL no Senado e na Câmara. Segundo Jonas, o partido reafirma seu compromisso com a continuidade das reformas, "que constituem, mais do que metas governamentais, aspirações de toda a sociedade".



Segundo Jonas, o partido respeitará as divergências internas

— O PFL, fiel à sua natureza democrática, soube e saberá sempre conviver com as diferenças de opinião e a liberdade de pensamento e valorizar suas lideranças, ainda quando divergem, servindo, incondicionalmente, ao interesse público — afirmou o senador.

## Osmar sugere nova regra para distribuir lucros na área rural

Tramita, para decisão terminativa, nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que veda o pagamento, a trabalhadores, de antecipação a título de participação nos lucros ou resultados de empresa do ramo agrícola, em periodicidade inferior a um semestre, ou mais de duas vezes no mesmo ano civil. O projeto abre uma exceção para a área rural onde características específicas da atividade permitam uma periodicidade menor.

Em sua justificativa, o senador explicou que o projeto altera um artigo da lei que regulamenta a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, mas não leva em conta os parâmetros temporais agrícolas, que são dife-



Osmar: contra o pagamento de participação nos lucros mais de duas vezes no ano

rentes dos parâmetros das atividades industriais e comerciais urbanas. "Via de regra, quando há participação nos resultados, o empregador faz o pagamento na colheita, no momento da venda dos animais ou dos produtos extraídos da natureza", assinalou.

Osmar Dias explicou ainda que o pagamento desses resultados ao trabalhador é feito, geralmente, em produtos, assumindo o empregado a responsabilidade pela venda de sua parte nos resultados. "Por essa razão, parece-nos imprópria a aplicação, aos trabalhadores do meio rural, dos limites de periodicidade estabelecidos para a distribuição de lucros e resultados no dispositivo transcrito. Não se pode exigir que o trabalhador rural espere por eventuais resultados contábeis", concluiu.

## Moreira propõe isenção para equipamentos de radiodifusão

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou projeto isentando de tributação os equipamentos de áudio, vídeo, transmissão e produção adquiridos pelas empresas concessionárias de serviços de radiodifusão. A proposta encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos



O projeto de Moreira Mendes encontra-se em tramitação na CAE

(CAE), para decisão em caráter terminativo. O prazo para apresentação de emendas vai até quinta-feira.

Na justificativa da matéria, ele diz que a proposta é defendida pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e pela Associação Amazonense de Emissoras de

Rádio e Televisão. Moreira explicou que o projeto tem como objetivo viabilizar a aquisição de equipamentos primordiais à manutenção e modernização dos parques tecnológicos das emissoras de radiodifusão da Amazônia Ocidental, "que contribuem diretamente para o desenvolvimento da região".

— Vale salientar como são acentuadas as carências da Amazônia, particularmente no setor de radiodifusão, a tal ponto que a Radiobrás não conseguiu manter em operação suas emissoras na região, em face dos custos — completou.